

## **Título: Fundos Soberanos Subnacionais e Desenvolvimento Econômico: uma questão de política pública**

Leandro Ferreira  
Maurício Moromizato

### Resumo:

A maldição das riquezas naturais que inundam localidades com rendas extraordinárias advindas da exploração de recursos finitos tem sido objeto de estudo ao longo do tempo pela literatura econômica. Em geral, o aumento da renda e orçamentos públicos de forma abrupta resulta em oportunidades perdidas em função da precariedade institucional para administrá-los, da falta de capacidades estatais que possibilitem a elaboração e implementação de medidas estratégicas, das pressões políticas exercidas em diversas arenas de política pública e da desarticulação regional e federal que gerem cooperação entre entes em busca do desenvolvimento econômico sustentável ambiental e socialmente.

Neste artigo analisam-se as diversas experiências de modelagem de Fundos Soberanos em entes subnacionais brasileiros constituídos a partir de recursos obtidos por estados e municípios como compensação pela exploração de petróleo na camada Pré-sal e bens minerais em municípios beneficiários de Compensação Federal por Exploração Mineral. Até o momento, os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além dos municípios de Maricá (RJ), Niterói (RJ), Ilhabela (SP), Conceição do Mato Dentro (MG) e Congonhas (MG) criaram tais instrumentos que, presentemente, somam aproximadamente, R\$7 bilhões que devem ser aplicados em diversificação de matriz econômica, desenvolvimento local sustentável e preservação de recursos na forma de poupança intergeracional.

Do ponto de vista do campo de políticas públicas, trata-se de uma oportunidade única para demonstrar que a dificuldade mais usual de gestores públicos, quer seja, a indisponibilidade de recursos orçamentários, não são os únicos entraves a serem enfrentados no âmbito da administração pública. O caso em tela demonstra que a necessidade de configurar sólidos arranjos institucionais que permitam a modelagem

da aplicação de recursos por governos locais em medidas estratégicas é tão importante quanto a própria obtenção de recursos, seja para garantir o sucesso de sua implementação, seja para conferir maior segurança aos gestores e

legitimidade à ação do Poder Público em meiona um questionamento crescentea respeito do uso de receitas do petróleo e da exploração mineral.

Resumo expandido:

A maldição das riquezas naturais que inundam localidades com rendas extraordinárias advindas da exploração de recursos finitos tem sido objeto de estudo ao longo do tempo pela literatura econômica. Em geral, o aumento da renda e orçamentos públicos de forma abrupta resulta em oportunidades perdidas em função da precariedade institucional para administrá-los, da falta de capacidades estatais que possibilitem a elaboração e implementação de medidas estratégicas, das pressões políticas exercidas em diversas arenas de política pública e da desarticulação regional e federal que gerem cooperação entre entes em busca do desenvolvimento econômico sustentável ambiental e socialmente.

Neste artigo analisam-se as diversas experiências de modelagem de Fundos Soberanos em entes subnacionais brasileiros constituídos a partir de recursos obtidos por estados e municípios como compensação pela exploração de petróleo na camada Pré-sal e bens minerais em municípios beneficiários de Compensação Federal por Exploração Mineral. Até o momento, os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, além dos municípios de Maricá (RJ), Niterói (RJ), Ilhabela (SP), Conceição do Mato Dentro (MG) e Congonhas (MG) criaram tais instrumentos que, presentemente, somam aproximadamente, R\$7 bilhões que devem ser aplicados em diversificação de matriz econômica, desenvolvimento local sustentável e preservação de recursos na forma de poupança intergeracional. Resguardadas as particularidades de cada localidade, bem como a expectativa de aplicação resultante do uso dos recursos dos fundos, tais entes federativos estão reunidos no recém criado Fórum de Fundos Soberanos Brasileiros, uma iniciativa que promove melhor articulação entre estes fundos para difusão de boas práticas, sistematização de informações e interação com entws governamentais e não governamentais presentes no debate sobre desenvolvimento econômico e políticas públicas.

Por não necessitarem cumprir o papel macroeconômico dos Fundos Soberanos nacionais, os Fundos municipais tem possibilidade de ir muito além da gestão

puramente financeira, deixando portanto aberta a discussão sobre a possibilidade de uso dos recursos em desenvolvimento local e regional sustentável. Há, também, riscos orçamentários e fiscais complementares que exigem enfrentamento com medidas para aumento de receitas próprias e maior eficácia na gestão das despesas e investimentos.

A análise deste trabalho leva a uma demonstração de que as necessidades de impacto na economia local às quais tais Fundos foram dirigidos no momento de sua formulação encontram seu limite não na teoria econômica, mas nas teorias construídas no referencial do campo de políticas públicas. O mapeamento de ambiente institucional, das necessidades em cada uma das arenas de política pública, em particular de caráter regulatório, a construção de cooperação entre agências da administração pública direta e indireta para fins de desenvolvimento econômico, o compartilhamento de capacidade de gestão, a interação com agentes do mercado financeiro e órgãos de controle, entre outros, são desafios com os quais os gestores de recursos volumosos depositados nestes fundos tem que lidar em seu cotidiano, além daquelas usuais da administração pública regular.

Para alcançar seus objetivos, as teorias de política pública são fundamentais para fornecer instrumental analítico do ponto de vista acadêmico e prático que resultem em um diagnóstico mais preciso da situação e a elaboração de um plano de ação para cada necessidade. É preciso, também, avançar nos arranjos de governança que possibilitem controle social, transparência ativa e capacidade de incorporação de diferentes atores. Há, ainda, dinâmicas próprias do meio de investimentos no mercado de capitais e em carteiras de projetos, como a gestão de risco e a maturação de projetos.

Do ponto de vista do campo de políticas públicas, trata-se de uma oportunidade única para demonstrar que a dificuldade mais usual de gestores públicos, quer seja, a indisponibilidade de recursos orçamentários, não são os únicos entraves a serem enfrentados no âmbito da administração pública. O caso em tela demonstra que a

necessidade de configurar sólidos arranjos institucionais que permitam a modelagem da aplicação de recursos por governos locais em medidas estratégicas

é tão importante quanto a própria obtenção de recursos, seja para garantir o sucesso de sua implementação, seja para conferir maior segurança aos gestores e legitimidade à ação do Poder Público em meiona um questionamento crescentea respeito do uso de receitas do petróleo e da exploração mineral.